

**- LII -****AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA A  
PROPOSTAS NEOLIBERAIS PARA A EDUCAÇÃO****Cristine de Fatima Lima Souza**

Mestranda FFCLRP-USP

cristine.souza@usp.br

**INTRODUÇÃO**

A educação, em todas as suas formas e especificamente na configuração escolar, caracteriza-se pela socialização do conhecimento científico, artístico e filosófico em suas formas mais desenvolvidas, de modo que, a correlação dos conhecimentos mencionados possam contribuir significativamente para concepção de mundo dos indivíduos.

Vivemos, no entanto, sob a hegemonia do capital, a qual vem se configurando como uma nova roupagem sob uma estratégia de dominação em meio a uma crise econômica e política global. As reformas no âmbito das políticas educacionais estão neste contexto e afetam diretamente a escola alterando o currículo, a gestão, a formação de professores, conhecimento escolar, ou seja, a dinâmica da escola, as quais, enquanto construções históricas e culturais não ficaram imunes às reformulações estabelecidas por estas novas diretrizes.

Desde o início da década de 1990 foi se promovendo no país políticas de cunho neoliberal, desde a retirada de impostos de importação para vários produtos, no governo de Fernando Collor de Mello, assim como de políticas de privatização em massa do patrimônio público, nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Tais iniciativas contrapunham-se ao ideário e a proposição de que o Estado deveria exercer um papel nas várias esferas sociais, tendo forte participação e determinação econômica. Como solução a este propalado problema existia a grata solução de transferir atividades e o patrimônio público ao “mercado”, às empresas privadas, uma vez que estas teriam maior capacidade de investimento e portanto de permitir maior crescimento econômico e, com uma vantagem;

com mais eficiência do que a máquina pesada do estado, ou seja, com menos recursos, a iniciativa privada forneceria melhores resultados. O que tínhamos como serviços, na área de telefonia, energia elétrica, entre tantos outros, uma vez transferidos à iniciativa privada transformaram-se em mercadoria. Dito de outro modo, a lógica, portanto que permeava todas estas ações consistiu em transformar, os serviços e o patrimônio público, em mecanismos de acumulação do capital.

Permitir que os serviços e o patrimônio público passem a ser mercadoria e portanto um negócio capitalista, implica não só no aspecto econômico do negócio, mas também possui um conteúdo político, uma vez que tais serviços deixam de ser alvo de disputas das políticas públicas, com a perspectiva de ter a participação da população nos processos decisórios, e passam a ser inteiramente determinadas pelas lógicas e interesses privados dos donos do capital.

A educação, enquanto prática social resulta de fatores e interesses econômicos, políticos e sociais, que no modo de produção capitalista contribuem para a reprodução e manutenção da ideologia dominante bem como sua hegemonia. E que passou também a ser alvo das políticas privatizantes e mercadológicas.

Concebe-se, dessa forma, essas implicações como um retrocesso político característico das recentes políticas governamentais por estarem orientadas a uma agenda globalmente estruturada para a educação, acumulando, desta forma, um histórico propostas que atacam os direitos anteriormente conquistados pela classe trabalhadora, movimentos sociais e educacionais. Tornando, assim, necessário refletir essa conjuntura e os reais interesses políticos que as reformas recentes terão para a juventude que será formada a partir desses novos parâmetros.

## **O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO**

Como característica principal, o Banco Mundial orienta países periféricos a investirem em educação básica. A ideologia presente nas contrarreformas do Estado, baseada em sua suposta ineficiência, amplia a mercantilização da educação sob a justificativa da democratização do ensino, assegurando, desta forma, o status quo da ideologia neoliberal. O Banco Mundial (BM), por sua vez, na educação, cumpre um papel tanto ideológico quanto mercantil. A presença dessa instituição revela a intervenção de organismos internacionais no setor educacional por meio da “minimização do Estado” e do fortalecimento da iniciativa privada por meios da inserção do sistema apostilado, no caso do currículo. É segundo

Derisso e Duarte a instauração do “princípio empresarial da eficiência e qualidade para a liberação de financiamentos para a educação dos países 'em desenvolvimento'.” (DERISSO e DUARTE, 2017, p. 1171-1172)

São diversos os efeitos do neoliberalismo na educação: privatizações, responsabilização, desvalorização e repressão aos professores, desmonte das carreiras docente e técnico administrativos, corte de verbas, sistemas de avaliação para análise de qualidade e as reformas curriculares. Segundo Rebuá foram responsáveis pela “ampliação colossal do Ensino a Distância (EaD); profusão/legitimação dos sistemas avaliativos como parâmetros inquestionáveis de análise de qualidade”; e isto provocou a individualização das relações na escola. (2017, p.105)

O neoliberalismo como corrente político-econômica surgiu em resposta à crise de 1970 e foi formulada pelo economista Milton Friedman. Teve como característica a defesa de políticas de privatização de empresas estatais, a defesa dos princípios econômicos do capitalismo, melhor dizendo, das novas estratégias de acumulação, que se outrora haviam dado espaço para a ampliação do papel do estado como prestador de serviços à população, agora passava para a perspectiva da minimização do papel do estado e do advento de capitais internacionais com enfoque na globalização. Um de seus pressupostos partia do ideário da liberdade total do comércio, a qual seria responsável diretamente no crescimento econômico e pelo desenvolvimento social do país, influenciando, desta maneira, massivamente na formulação de políticas públicas da saúde e da educação.

As reformas educacionais no Brasil vêm sendo baseadas e coordenadas por grupos de empresários que buscam a implementação de seus interesses privados em detrimento do interesse público (FREITAS, 2012). Para incitar as reformas educacionais nos moldes do setor privado, mecanismos foram criados, e todo um contexto de crise foi construído intencionalmente para alcançar esta finalidade. Além disso, o discurso ideológico de que a educação da rede privada é melhor que a rede pública visa contribuir à manutenção da segmentação, da meritocracia e da privatização da educação. Este projeto, porém, não pode ser entendido, como um fenômeno nacional, impulsionado pelo empresariado situado no Brasil, pois segundo Libâneo, a

“[...] internacionalização significa a modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas supranacionais definidas pelos organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais” /.../ e entre elas estão “a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – Unesco –, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – e a Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.” (LIBÂNEO, 2016, p. 43)

Freitas (2012) aponta algumas consequências destas reformas nos sistemas de ensino brasileiros, sendo elas: um currículo básico mínimo e padronizado segundo os conteúdos das avaliações externas que são a base, por exemplo, no estado de São Paulo, para a bonificação salarial dos professores e gestores; a competição entre profissionais e escolas; a formação que “desforma”: preparação dos alunos para preenchimento de testes; apostilamento; fraude; aumento da segregação socioeconômica no território e dentro da escola; precarização da formação docente, que neste contexto é apenas um técnico aplicador, e não um autor de suas práticas; destruição do sistema público de ensino e uma ameaça à democracia do país.

Tem-se assim como questão central o problema de caracterizar os novos rumos que estão sendo tomados nos processos educativos formais, mais como meios ideológicos de construir uma classe trabalhadora flexível, apropriada para as novas dinâmicas do atual processo de globalização do capital, do que propriamente de construir a formação integral do indivíduo para os novos desafios do mundo do trabalho, assim como para os novos desafios da participação político-democrática da população, nos rumos do país, frente ao processo e atual estágio da globalização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta análise visualizou-se a focalização das políticas e o incentivo à lógica do mercado, desembocando, dessa forma, em uma educação pensada sob a premissa da lucratividade do capital e de interesses da classe proprietária, a qual projetou e lançou mão de políticas educacionais tuteladas pelo neoliberalismo.

Uma das ingerências neoliberais nas políticas educacionais no Brasil, a se destacar, trata-se do Banco Mundial. Como um dos grandes protagonistas das reformas educacionais dos países emergentes, essa instituição pode ser considerada uma das maiores influenciadoras da mercantilização da educação, pois, em seus discursos e defesas, propaga que, sob a lógica de mercado, a educação terá mais eficiência em seus sistemas de ensino.

O que está em jogo é a educação como direito, a supressão de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado. A mundialização da educação está permeada de conflitos e disputas políticas, cabe-nos enquanto profissionais da educação, compreender esse processo histórico para mudar e resistir e, desta forma, não ser determinados e limitados

ao que o projeto neoliberal de sociedade e de educação almejam, no caso, a retirada e esvaziamento das históricas conquistas sociais dos trabalhadores.

As reformas educacionais conduzidas pelo terceiro setor e pelo BM desencadeiam um desmonte e destruição dos sistemas educacionais e políticas sociais estatais.

## REFERÊNCIAS

DERISSO, J. L.; DUARTE, R. C.. Crítica ao ideário neoliberal na educação: precarização e descaracterização da escola pública paulista. Revista HISTEDBR On-line, v. 17, p. 1169-1185, 2017.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Políticas Educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa. Vol.46 nº159 p.38-62 jan/mar.2016.

REBUÁ, E. . A Educação Disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno - entre o empresariamento e o (neo) conservadorismo. UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (BRASÍLIA), v. XXVII, p. 100-111, 2017.